



O papel das representações na inclusão das pessoas com deficiência na vida urbana¹

Mayra Barbosa Sindeaux Lima²

Marcus Vinicius Mariano De Souza³

RESUMO

As pessoas com deficiência, como qualquer grupo social, estão inseridas em um sistema de produção que transforma espaços e sujeitos de forma a facilitar a reprodução das relações de produção que esse sistema requer, embora essas transformações não ocorram sem resistência. Neste sentido, a concepção de deficiência vai ter um papel fundamental na posição a que são destinadas às pessoas com deficiência nesse sistema de produção. Deste modo, esse trabalho, partindo das discussões trazidas por Lefebvre (1973, 1983) a respeito da reprodução das relações de produção, bem como, das reflexões sobre o papel das representações, visa demonstrar como as representações em torno da deficiência podem colaborar na perpetuação da exclusão social ou, em contrapartida ser um instrumento de transformação social e, por conseguinte, dos espaços da cidade.

Palavras-chave: Deficiência, Representações Sociais, Reprodução das Relações de Produção.

Abstract

People with disabilities, like any social group, are part of a production system that transforms spaces and subjects in order to facilitate the reproduction of the production relations that this system requires, although these transformations do not occur without resistance. Therefore, the concept of disability will play a fundamental role in determining the position assigned to people with disabilities within this production system. Thus, this work, based on the discussions brought by Lefebvre (1973, 1983) regarding the reproduction of production relations, as well as reflections on the role of representations, aims to demonstrate how representations surrounding disability can contribute to the perpetuation of social exclusion or, conversely, serve as an instrument for social transformation and, consequently, for the transformation of urban spaces.

Keywords: Disability, Social Representations, Reproduction of Production Relations

¹ O presente artigo é resultado de projeto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

² Mestranda do PPGG e Técnica em Assuntos Educacionais da Unifesspa. E-mail: mayralima@unifesspa.edu.br

³ Docente do PPGG e Diretor do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Unifesspa. E-mail: marcussouza@unifesspa.edu.br



INTRODUÇÃO

“Nossas cidades são projetadas para as pessoas ou para os lucros?” (HARVEY, 2011, p. 157). A pertinência deste questionamento levantado por Harvey (2011) pode ser sentida no cotidiano das pessoas, especialmente naquelas pertencentes a grupos socialmente excluídos. Entre tais grupos podemos destacar as pessoas com deficiência que em seu cotidiano enfrentam dificuldades para exercer seu direito à cidade.

O direito das pessoas com deficiência de viver e usufruir da cidade é violado pela existência de barreiras que podem se apresentar em diferentes aspectos, incluindo obstáculos arquitetônicos, na mobilidade urbana e principalmente de caráter atitudinal. Essas barreiras inviabilizam o acesso de pessoas com deficiência a áreas essenciais da cidade, incluindo os espaços públicos.

Deste modo, visando compreender de que forma é normalizado que grupos inteiros sejam alijados de seu direito de experienciar o espaço urbano, este trabalho recorre às reflexões realizadas por Lefebvre (1973, 1983). As análises produzidas por esse autor auxiliam no entendimento do funcionamento do sistema capitalista e, conseqüentemente, da forma como grupos não hegemônicos nele se inserem. Neste sentido, é também indispensável refletir sobre o papel das representações e ideologias na manutenção da posição de inferioridade a que determinados grupos são mantidos. Assim, busca-se nesse artigo discutir como as representações sociais a respeito da deficiência exercem influência na forma como as pessoas com deficiência foram incluídas, em especial, a partir do advento da Modernidade e ascensão do capitalismo.

Por meio da revisão de literatura, constatou-se que o papel atribuído às pessoas com deficiência no sistema capitalista, bem como as novas relações sociais geradas por esse sistema, ampliaram as condições de desigualdade vivenciadas por esses sujeitos. A partir de uma concepção de normalidade, emergida com o modelo médico, as pessoas com deficiência foram alocadas nas periferias simbólicas e concretas dos espaços urbanos, ou mesmo apartadas totalmente da vida social quando recolhidas em instituições.

Entretanto, assim como as representações sociais podem contribuir para a perpetuação de lógicas excludentes, também podem atuar no sentido inverso. Novas visões sobre a deficiência, deslocam o olhar do corpo fora do padrão, para a sociedade que estabelece os padrões de normalidade. Com a ascensão do modelo social da deficiência, a forma como o espaço está organizado assume papel central. Deste modo, exerce-se pressão para mudanças



na forma de inclusão das pessoas com deficiência, seja no mundo do trabalho ou nos espaços urbanos.

Contudo, conforme Piccolo (2022) o surgimento de um novo modelo não substitui de forma automática seu predecessor. Assim, apesar dos avanços conquistados pelas pessoas com deficiência, inclusive com transformações nos espaços urbanos, continua prevalecendo uma lógica excludente que mantém grande parte da população com deficiência em situações de vulnerabilidade e vivenciando diferentes formas de segregação nos espaços urbanos.

METODOLOGIA

Neste trabalho, a metodologia utilizada foi a revisão de literatura, por meio da análise e síntese de conceitos centrais aqui apresentados. Neste sentido, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o conceito de Deficiência apresentado por autores como Diniz (2007) e Piccolo (2022, 2025), bem como, uma análise dos conceitos de Reprodução das Relações de Produção e de Representações Sociais de Lefebvre (1973, 1983).

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Lefebvre (1973), o sistema capitalista gera a (re)produção de relações de produção não apenas no sentido da reprodução das forças de trabalho e de maquinários, mas também de relações sociais em um sentido mais amplo. Essas relações atuam de forma a perpetuar a posição de grupos hegemônicos, ao mesmo tempo em que promove a expulsão para “periferias espaciais, mentais, sociais, de grupos inteiros” (LEFEBVRE, 1973, p. 25).

Ao observar a forma como as pessoas com deficiência estão inseridas na sociedade capitalista, não é difícil pressupor que esses sujeitos podem ser incluídos entre os grupos a que Lefebvre (1973) se referia. E isso não é à toa, pois a segregação de pessoas com deficiência, é benéfico ao capitalismo “pois os deficientes cumprem uma função econômica como parte do exército de reserva e uma função ideológica mantendo-os na posição de inferioridade” (OLIVER; BARNES *apud* DINIZ, 2007, p. 22).

Nesta perspectiva, ao se compreender as pessoas com deficiência como exército de reserva e não como parte da força de trabalho ativa, na lógica capitalista não há razão para organizar os espaços urbanos segundo suas necessidades, tendo em vista que o



ordenamento do espaço incumbem, portanto, simultaneamente a reprodução das relações de produção, a reprodução dos meios de produção (a força de trabalho, as máquinas, etc.), a organização do «meio ambiente» das empresas, quer dizer, de toda a sociedade, a construção dum puzzle de regiões e de cidades, o anúncio de uma vida social nova, etc. Através deste esquema tão «positivo» surge a contradição que se agrava — entre as condições da dominação capitalista e as condições da vida social (LEFEBVRE, 1973, p. 29).

Assim, o ordenamento espacial da cidade impulsionada pelo sistema capitalista atua de forma a tornar a cidade acessível aos fluxos inerentes ao capital, ainda que isto acarrete a perpetuação ou criação de novas barreiras a grupos socialmente excluídos.

Neste sentido, o espaço urbano inacessível e a consequente segregação de pessoas com deficiência em suas casas ou em instituições atua como um paralelo à exclusão das pessoas com deficiência do mundo do trabalho. Pois, como aponta Lefebvre (1973, p. 19-20) por meio de “*um imenso processo, o capitalismo apoderou-se da cidade histórica, fê-la explodir, gerou um espaço social que ocupou, continuando a sua base material a ser a fábrica e a divisão técnica do trabalho no seio da empresa*”. Assim, a cidade reproduz a divisão existente na “fábrica”, quem dela não faz parte, não tem direito à cidade.

A exclusão das pessoas com deficiência como integrantes da força de trabalho era uma das principais críticas realizadas pelos primeiros estudiosos e ativistas dos movimentos das pessoas com deficiência como a UPIAS⁴ (DINIZ, 2007). Integrantes da Upias, como Paul Abberley reivindicavam não somente uma nova divisão social do trabalho que integrasse a deficiência, mas também denunciava o próprio capitalismo como gerador de lesões associadas à deficiência (DINIZ, 2007). Para Abberley (*apud* DINIZ, 2007, p. 23) “a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo”.

Mas se no sistema capitalista um corpo deficiente não é um corpo produtivo e não pode integrar a força de trabalho, cabe um questionamento, o que seria esse corpo produtivo e o que seria a deficiência? Vale aqui trazer as reflexões de Diniz (2007):

O corpo com deficiência somente se delineia quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida (DINIZ, 2007, p. 8).

⁴ Liga dos Lesados Físicos contra a Segregação (Union of the Physically Impaired Against Segregation). Primeira organização política formada por pessoas com deficiência. A organização surgiu na Inglaterra e teve entre seus integrantes os sociólogos Paul Hunt, Michael Oliver, Paul Abberley, entre outros (DINIZ, 2007).



Para entender as representações existentes sobre o que é deficiência é preciso primeiro ter maior clareza do que são representações e o papel que cumprem na sociedade capitalista:

[...] es a veces un hecho o fenómeno de conciencia, individual y social, que acompaña en una sociedad determinada (y una lengua) tal palabra o tal serie de palabras, por una parte, y por otra tal objeto o constelación de objetos. Otras veces es una cosa o un conjunto de cosas correspondiente a relaciones que esas cosas encarnan conteniéndolas o velándolas (...) las representaciones circulan, pero en torna a fijeza: las instituciones, los símbolos y arquetipos. Interpretan la vivencia y la práctica; intervienen en ellas sin por ello conocerlas ni dominarlas. Forman parte de ellas, solo las distingue el análisis (LEFEBVRE, 1983, p. 23).

As representações, desta maneira, estão relacionadas a como os indivíduos e a sociedade percebem e interpretam o mundo. De forma dialética, as representações em torno do que é real, tem impacto no próprio mundo que representam. A representação para Lefebvre (1983, p. 63) está “entre lo vivido y lo concebido, tal vez a medio caminho entre lo que escapa y lo que se apropia, mediadora oscura y obstinada, que se desplaza entre los extremos, en algunas ocasiones vínculo; en otras substituto”.

Essa forma de perceber e interpretar o mundo viabilizada pelas representações, não é fixa e se transforma junto com o que representam. Neste sentido, as representações sociais sobre a deficiência não são estanques na história ou no espaço. Piccolo (2022), ao discutir sobre as narrativas sobre as pessoas com deficiência ao longo da história, demonstra a inexistência de um conceito universal sobre deficiência. Diferentes culturas, em diferentes tempos históricos, apresentam diferentes concepções sobre pessoas com diversos impedimentos, o que afeta diretamente o modo em que estas são incluídas na sociedade. O próprio conceito de deficiência que aglutina em uma única categoria diferentes sujeitos, não era encontrado em períodos anteriores ao da modernidade:

Embora tradicionalmente possa até existir categorias amplas, tais como infelizes, enfermos etc., a ideia de deficiência como categoria abrangente na qual os indivíduos com diversos tipos de comprometimentos (físicos, emocionais, sensoriais e intelectuais) são colocados rotineiramente sob um mesmo pacote de significação se mostrava inexistente nessas temporalidades (PICCOLO, 2022, p. 41).

Deste modo, surge com a modernidade um conceito generalizante de deficiência que irá refletir as marcas desse período. Desta maneira, a partir de um processo de racionalização do mundo, emerge o que seria denominado de modelo médico de deficiência (PICCOLO, 2025). Neste novo paradigma, o corpo que apresenta diferenças que vão além das consideradas como próprias da natureza humana, “deixa de ser compreendido a partir de

evidências místicas ou de providências da esfera do divino, adentrando ao campo etimológico das incorreções biológicas” (PICCOLO, 2025, p. 15).

Nessa conjuntura, em que a narrativa médica sobre o corpo ganha força ao associar-se ao poder estatal, conduz a uma violenta repressão sobre o corpo fora do padrão estabelecido (FOUCAULT, 2000 *apud* PICCOLO, 2025). Deste modo,

Estabelece-se, assim, uma ordem natural, aquela que coincide com os grupos dominantes, e procura-se demarcar tudo o que se distingue desta ordem. O surdo é alguém normal subtraído da faculdade de audição. O homossexual é, acima DE tudo, um não heterossexual. A mulher um não homem. O negro um não branco. O cego um não vidente. O cadeirante um não caminhante. É a ausência que passa a definir aqueles que destoam da suposta norma. Nesse sentido, toda referência à ordem possível é acompanhada intrinsecamente pela aversão da ordem inversa, ou seja, toda normalidade implica o rechaçar de determinado nível de diferença que pode instaurar uma ordem alternativa. O diferente do preferível não é o indiferente, mas o refutável, o detestável, aquele que se deve evitar (PICCOLO, 2025, p. 16).

As mudanças da representação social sobre as pessoas com deficiência somam-se às transformações ocorridas nas relações sociais ocasionadas pela revolução industrial. Conforme Piccolo (2022), o processo de industrialização que provocou a migração de pessoas do campo para as cidades afetou diretamente as relações familiares, desfazendo as coletividades extensas, o que afetou diretamente as pessoas com deficiência. Nesse contexto, o sistema maquinizado das indústrias excluiu as pessoas com deficiência do mundo do trabalho em um período em que esse pertencimento estava no cerne das relações sociais (PICCOLO, 2022). Assim, a representação social sobre a deficiência e novas relações de produção estabelecidas se reforçaram mutuamente levando as pessoas com deficiência a ocuparem cada vez mais o lugar de população periférica nas cidades:

A industrialização exigia trabalhadores capazes e saudáveis. O saber médico vinculava os deficientes como incapazes e doentes. Consequentemente, a imensa maioria desses indivíduos passou a fazer parte da massa de desempregados citadinos. Não por acaso, Oliver (1990) sustenta que a estrutura econômica do capitalismo desempenhou impacto negativo sobre a vida das pessoas com deficiência (PICCOLO, 2022, p. 167).

Deste modo, é neste cenário em que as pessoas com deficiência são vistas como incapazes para o trabalho, que a deficiência passa também a ser domínio do saber médico. É inegável que o acesso ao tratamento médico e aos avanços na área da saúde, trouxe benefícios para as pessoas com deficiência, contudo, o controle sobre o corpo com impedimentos e a ideia de que este destoa da norma fizeram surgir práticas de segregação.



Neste contexto, são criadas instituições com o objetivo de afastar as pessoas com deficiência do convívio social ou normalizá-las para seu retorno à sociedade, ou seja, os sujeitos são excluídos em nome de uma futura inclusão. Inicia-se no século XIX, o período da institucionalização das pessoas com deficiência. Por muito tempo, a institucionalização foi a principal forma de tratamento destinado a este público. Contudo, como denuncia Diniz (2007, p. 15), ao “invés de internados para tratamento ou reabilitação, os deficientes estavam encarcerados”.

Nessa política de encarceramento das pessoas com deficiência, pode ser percebida o poder das representações quando utilizadas pelos aparatos estatais, como aponta Lefebvre (1983):

¿Las representaciones tendrían poder sin el apoyo de los aparatos estatales, justicia, ejército, policía entre otros? No, pero esos aparatos no podrían ejercer su poder sin las representaciones que los justifican y que no provienen de ellos tomados aisladamente como "aparatos ideológicos" sino de lo global, de lo político y de lo estatal, en una palabra del poder "revolucionario" absoluto (LEFEBVRE, 1983, p. 80).

Vale destacar, que as representações não têm em si conotação negativa, nem podem ser reduzidas a ideologias. Serpa (2014), ao discorrer sobre a concepção lefebvriana de representação, ressalta a impossibilidade de uma vida sem elas, pois são “formas de comunicar e reelaborar o mundo, aproximações da realidade que, no entanto, não podem substituir o mundo vivido. É justamente quando o vivido é substituído pelo concebido que a representação se torna ideologia” (SERPA, 2014, p. 488).

Deste modo, se a ideologia dominante tentou impor uma visão do que é a deficiência, a força das experiências do mundo vivido pelas pessoas com deficiência fez emergir uma nova concepção de deficiência. Pois como afirma Lefebvre (1983):

Lo *vivido* y lo *concebido*, términos conflictivos y solidarios, iguales en su diferencia, emergieron en el lenguaje. El conocimiento acepta el caos, el flujo heracliteano de la vivencia. Éste ya no acepta sacrificarse en el altar del saber. Se esboza una nueva problemática conservar la fuerza del conocimiento crítico animándolo con el ardor de la vivencia. (LEFEBVRE, 1983, p. 107)

Neste sentido, conforme Diniz (2007), não é a lesão o fator limitante para a participação social das pessoas com deficiência, e sim a organização social e política pouco sensível à diversidade corporal. “A deficiência passou a ser entendida como uma forma particular de opressão social, como a sofrida por outros grupos minoritários, como as mulheres ou os negros” (DINIZ, 2007, p. 16).



É a partir dessa nova forma de conceber a deficiência trazida pelo modelo social que emerge a concepção de barreiras. Essas, entendidas como “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social” (BRASIL, 2015, n.p) das pessoas com deficiência. Assim, a deficiência deixa de ser vista como uma tragédia pessoal para ser concebida como uma questão de justiça social (DINIZ, 2007).

Enquanto, para o modelo médico, “a experiência de segregação, desemprego, baixa escolaridade (...) era causada pela inabilidade do corpo lesado para o trabalho produtivo” (DINIZ, 2007, p. 23), ou seja, a lesão era a causa da deficiência, “para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesão a experimentarem a deficiência” (DINIZ, 2007, p. 23).

Deste modo, com base nesta concepção de deficiência, para eliminar sistemas sociais opressivos é necessário remover as barreiras que os mantém. As barreiras, por sua vez, são resultadas de relações sociais e sua modificação depende da alteração do espaço em que elas ocorrem, pois “[...] o espaço é, ao mesmo tempo, um produto e um condicionador das relações sociais”. (SOUZA, 2013, p. 235).

Apesar da importância do modelo social e sua influência em políticas públicas e em especial na legislação brasileira, o modelo médico não desapareceu e ainda continua a influenciar como a sociedade percebe a deficiência. Do mesmo modo, apesar do modelo social ter feito vir à tona uma crítica ao modo como as pessoas com deficiência são inseridas no sistema capitalista, esse ainda é o sistema de produção vigente. Sendo assim, os espaços vão refletir as características desse sistema, incluindo os espaços públicos:

Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações das relações de produção, que, por sua vez, enquadram as relações de poder, nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte (SERPA, 2004 p. 25).

Deste modo, as barreiras existentes nos espaços urbanos denotam relações de poder existentes nesses espaços. Sendo assim, a falta de acessibilidade nos espaços urbanos são simultaneamente resultados da forma como esses espaços são organizados pelas relações de produção e pelo poder das representações sociais sobre os sujeitos e sobre o próprio espaço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão de literatura indicam que as pessoas com deficiência foram duplamente impactadas pelas transformações impulsionadas pela ascensão do sistema capitalista, em especial, das transformações ocorridas após a revolução industrial. De um lado, houve a ascensão de representações sociais que definiam os corpos considerados improdutivos e que, portanto, deveriam ser afastadas dos espaços urbanos e laborais. De outro, as transformações no espaço urbano para melhor atender a reprodução das relações de produção, levaram essa população, cada vez mais, para as periferias urbanas, agravando as situações de exclusão social a que são submetidas.

Sendo assim, as pessoas com deficiência enfrentam um processo de marginalização gerado tanto pelo imaginário relacionado à deficiência, que a associam com a ideia de incapacidade e de anormalidade, quanto pela condição periférica vivenciada nas cidades.

Conforme Piccolo (2022), existe uma relação dialética entre pobreza e deficiência. As condições socioeconômicas vivenciadas pelas populações de baixa renda aumentam os fatores causadores de deficiência, como precariedade no acesso a tratamentos médicos, trabalhos precários com maior risco de acidentes ou mesmo a falta de saneamento básico. Deste modo, não é uma coincidência que 80% das pessoas com deficiência residem em países do Sul Global (WHO, 2011 *apud* PICCOLO, 2022).

Se de uma lado, a pobreza aumenta os riscos relacionadas à deficiência, a existência de deficiência agrava as condições de renda não apenas do indivíduo como também de suas famílias, pois como afirma Piccolo (2022), “há poucas dúvidas de que as pessoas com deficiência compõem os mais pobres entre os pobres” (PICCOLO, 2022, p. 221).

Se é verdade que ao longo da história, pessoas com deficiência enfrentaram diferentes processos de exclusão, que incluíram desde políticas de extermínio à segregação em instituições, a modernidade trouxe a exclusão do mundo do trabalho como um ponto central na relação estabelecida entre a sociedade e o corpo com deficiência. Nos dias atuais, persistem processos de exclusão, ao ser observado que as pessoas com deficiência apresentam níveis de ocupação e de renda significativamente inferiores às pessoas sem deficiência. De acordo com dados do IBGE (2022), o nível de ocupação de pessoas com deficiência é de apenas 26,6% enquanto para as pessoas sem deficiência o percentual chegava a 60,7%.

Este fato possui múltiplos fatores, mas não se deve esquecer que



para além das questões afetas ao trabalho e à saúde já aqui apontadas, mostra-se fundamental asseverar que a marginalização e a pauperização experimentada pelas pessoas com deficiência também passam diretamente pela inacessibilidade dos ambientes físicos e móveis, assim como pela falta do acesso à educação sistematizada (PICCOLO, 2022, p. 229)

Deste modo, apesar do modelo social da deficiência ter trazido avanços, o espaço urbano ainda reproduz uma forma de organização que reforça o papel das pessoas com deficiência como exército de reserva. Embora, os movimentos sociais, amparados pelo modelo social, tenham conquistado a promulgação de leis que garantam a acessibilização dos espaços urbanos, como a lei nº 10.098/2000 e a lei nº 13.146/2015 (BRASIL, 2000, 2015), a materialização dessas conquistas ainda é insuficiente.

Neste sentido, atualmente pode ser constatada a coexistência de duas formas conflitantes de entender a deficiência. Na legislação que regulamente a organização dos espaços, nota-se o predomínio da concepção de deficiência que a entende como o resultado da interação de um corpo com lesão com um espaço inacessível. Deste modo, caberia ao poder público a função de tornar a cidade acessível a todos. Ao mesmo tempo, nos espaços concretos, predomina a concepção da deficiência como tragédia pessoal, uma vez que a inacessibilidade do espaço urbano isola as pessoas com deficiência e restringe as práticas espaciais cotidianas desses sujeitos.

Deste modo, considerando os fatores que levam ao empobrecimento das pessoas com deficiência, estes sujeitos, em muitos casos, são residentes das periferias urbanas que, em geral, apresentam defasagens na infraestrutura e na oferta de equipamentos públicos. Estas características das áreas periféricas são agravadas quando se adiciona a análise das condições de acessibilidade, pois como constatado em pesquisa realizada por Lombardi (2018)⁵:

[...] a estrutura deficiente dos bairros apresenta um caráter histórico. A destinação de investimentos do dinheiro público, mesmo aquele voltado à PcD, sempre se concentrou nas áreas centrais, em ações pontuais de acessibilidade ou mobilidade, por ser uma área estratégica para negócios e que de certa forma é onde habita uma classe mais favorecida economicamente (LOMBARDI, 2018, p. 200-201).

Ou seja, como constatado por Lefebvre (1973) o ordenamento do espaço urbano continua reproduzindo a lógica da reprodução das relações de produção e relações sociais que reforçam processos de exclusão e segregação. Para além das restrições causadas pelas barreiras físicas decorrentes da organização do espaço urbano, as barreiras atitudinais também

⁵ Pesquisa desenvolvida a partir das experiências das pessoas com deficiência na cidade de Ponta Grossa



afetam a inclusão das pessoas com deficiência no espaço urbano. É nelas que se percebe de forma mais clara como as representações sociais sobre a deficiência afetam comportamentos, olhares e discursos

Pela percepção das PcD, a cidade é constituída por espaços limitados, fragmentados e desarticulados, ou seja, com pouca capacidade de proporcionar melhores condições de vida a elas. Estas não conseguem a mesma oportunidade para conquistar autonomia e desenvolvimento social, com qualidade de vida, como as pessoas sem deficiência. As relações de uns com os outros, a discriminação e o preconceito também são fatores de negação e exclusão socioespacial no âmbito da cidade (LOMBARDI, 2018, p. 200-201).

Assim, se no período da institucionalização as pessoas com deficiência eram segregadas em espaços de instituições especializadas, atualmente a precária mobilidade urbana, a falta de acessibilidade nos espaços urbanos, e práticas discriminatórias, fazem com que muitas pessoas com deficiência fiquem segregadas em fragmentos do espaço urbano que lhes permitam o mínimo de acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme Piccolo (2025), para compreender a natureza da deficiência é necessário entender ao mesmo tempo as mudanças do modo de produção, das variações de pensamento e da relação entre elas. Neste sentido, é preciso reconhecer o papel das representações sociais na forma como as pessoas com deficiência são incluídas na sociedade e, por conseguinte, como os espaços são organizados.

As barreiras existentes nas cidades são resultados de relações sociais e para que ocorram a sua eliminação é necessário a alteração das representações que as engendram. Representações que envolvem não apenas o que é deficiência, mas a própria concepção do espaço urbano e de quem tem direito a ele. Só assim, poderá ser projetada uma cidade construída de fato para todos os cidadãos.

Deste modo, a inclusão das pessoas com deficiência na vida urbana deve ser pensada de forma articulada a mudanças nas estruturas econômicas e sociais que atuam simultaneamente sobre corpos e espaços. Os avanços trazidos pelo modelo social de deficiência foram de suma importância na garantia de direitos e no crescimento da percepção de que espaços deficientes são os principais fatores que limitam a vida de parcela significativa da sociedade. Contudo, o espaço urbano, ao reproduzir a lógica da produtividade atua de forma perpetuar a marginalização de corpos fora do padrão de normalidade e eficiência.



Portanto, a construção de uma cidade mais inclusiva é algo complexo que exige mudanças no campo simbólico, bem como, mudanças no espaço concreto. É necessário que a acessibilidade deixe de fazer parte de apenas fragmentos isolados da cidade e passe a ser pensada como princípio articulador do espaço urbano. Para isso, é imprescindível fomentar o protagonismo das pessoas com deficiência, pois como demonstrou os precursores do Modelo Social da Deficiência, estes sujeitos possuem a capacidade de produzir novas formas de ver e pensar o espaço e assim, transformar a cidade em benefício de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 3 mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 3 mai. 2024.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

HARVEY, D. A destruição criativa da terra. In: HARVEY, D. **O enigma do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 3º trimestre – PNAD**. 2022. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4177>. Acesso em: 3 mai. 2024.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Escorpião, 1973.

LEFEBVRE, H. El concepto de representación. In: LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones**. Ciudad de México: FCE, 1983.

LOMBARDI, A. P. **Espaços cotidianos das pessoas com deficiência: contribuição para uma geografia da deficiência brasileira**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2649>. Acesso em: 3 mai. 2024.

PICCOLO, G. M. **O lugar da pessoa com deficiência na história**: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022.

PICCOLO, G. M. **Deficiência, pressupostos legais e diretivos da educação especial na perspectiva inclusiva**. Marabá, PA: Ed. do Autor, 2025. Disponível em: <https://gepee.unifesspa.edu.br/artigos-em-periodicos.html>. Acesso em: 01 abr. 2025



SERPA, A. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n.15, p.21-37, 2004.

SERPA, A. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, 2014.

SOUZA M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.